

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

RAFAELA MIGUEL GREGORIO

Varginha – MG
2022

RAFAELA MIGUEL GREGORIO

**ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

Trabalho de conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão - PIEPEX em Controladoria e Finanças do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha. Orientador: Professor Dr. Adriano Antonio Nuintin.

Varginha – MG
2022

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Aprovada em:

Prof. Dr. Adriano Antonio Nuintin

Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Prof. Dra Maria Aparecida Curi

Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

Prof. Dr. Pedro Papandrea

Universidade Federal de Alfenas - Campus Varginha

Assinatura: _____

RESUMO

A Universidade Federal de Alfenas desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da população . Nesse sentido o trabalho possui como objetivo analisar os indicadores financeiros da instituição dos anos de 2020 e 2021. Os dados foram coletados do Demonstrativo contábil da Unifal – MG disponibilizado no seu sítio eletrônico. O Software Microsoft Excel foi utilizado para tabular as informações e utilizado para o cálculo dos quocientes. A abordagem possui enfoque quantitativo. Dessa forma verifica -se que o indicador de liquidez imediata teve um declínio significativo e o índice de composição de pagamento aumento em aproximadamente 10%, foi realizada também análise dos demonstrativos contábeis da Instituições a mesma cumpre com os Art. Dispostos na Lei 4320/64 que trata sobre a estrutura dos demonstrativos públicos

Palavras-chave: Unifal - MG, Indicadores Financeiros, Contabilidade Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO.....	6
2.2 ANÁLISE DO ESTADO FINANCEIRO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA POR MEIO DE INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	11
3. METODOLOGIA	14
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20

1. INTRODUÇÃO

Com nota 4 no MEC e mais de 100 anos de existência, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG, impacta positivamente a sociedade cumprindo a demanda educacional da população.

Considerando que a instituição é parte integrante da contabilidade pública e a ela se aplica o descritivo disposto na Lei nº. 4320/64 Art.85 que informa Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. (BRASIL, 1964)

Partindo deste pressuposto é válido a pergunta “Como está o desempenho financeiro da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL?”. Tal questionamento deu forma ao objetivo geral deste trabalho onde será realizado a análise das demonstrações contábeis por meio dos indicadores financeiros compreendendo os anos de 2020 e 2021. Visando atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) Apresentar as demonstrações contábeis da UNIFAL; (ii) Apresentar três indicadores financeiros da Universidade.

Para tanto, o trabalho irá apresentar cinco seções, introdução; revisão da literatura que irá abranger estrutura das demonstrações contábeis públicas, os indicadores utilizados para expor os resultados financeiros do órgão público. E o próximo assunto irá tratar a discussão dos resultados encontrados quando esses indicadores são aplicados na instituição federal de Alfenas, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

Os pilares da contabilidade Pública foram constituídos sob os dispostos da Lei 4.320/64, o art.101 informa que os balanços patrimoniais compreenderam os resultados do exercício que estarão demonstrados pelo balanço orçamentário, balanço financeiro,

balanço patrimonial, e também na demonstração das variações patrimoniais demonstrações do fluxo de caixa, e as demonstrações de variações do patrimônio líquido. BRASIL(1964)

A lei apresenta também o propósito e os arranjos das demonstrações contábeis exigidas na contabilidade pública. O balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, assim ficou definido no Art. 102. De acordo com Guedes (2016) diante do ponto de vista do planejamento e do resultado da execução orçamentaria o balanço orçamentário tem a função de comparar as receitas e as despesas orçamentarias. E é também a partir de seus indicadores que será possível realizar a avaliação orçamentária.

Para Felgueira (2015) a finalidade do balanço financeiro é mostrar os ingressos e dispêndio de recurso de um exercício financeiro. Os parâmetros para elaboração do balanço financeiro foram apresentados no Art. 103:

O Art. 103 da lei 4320/64 informa que o balanço financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte BRASIL(1964).

Sobre o Balanço Patrimonial Pistcitelli (2019) destaca que o ativo deve evidenciar os bens e direitos, já o passivo demonstra as obrigações com terceiros.

No art. 105 é definida a estrutura do balanço patrimonial.

- I - O Ativo Financeiro;
- II - O Ativo Permanente;
- III - O Passivo Financeiro;
- IV - O Passivo Permanente;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação.

Por meio de variações quantitativas e qualitativas, será possível verificar nessa demonstração a alterações ocorridas no patrimônio, para isso, deverá conter os seguintes itens: receita, correspondente às variações patrimoniais aumentativas; despesa,

correspondente às variações patrimoniais diminutivas; parcela do resultado de coligadas e empreendimento controlado em conjunto mensurada pelo método da equivalência patrimonial; ganhos ou perdas antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em descontinuidade; e resultado do período. BRASIL(2019). É possível observar sua estruturação na figura 1.

Figura 1 – Demonstração das variações patrimoniais.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		Exercício: 20XX
Variações Patrimoniais Aumentativas	Nota	Exercicio Atual Exercicio
Anterior Impostos, Taxas e Contribuições de melhoria		
Contribuições		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas		
Valorização e Ganhos com ativos e		
Desincorporação de Passivos Outras Variações		
Patrimoniais Aumentativas		
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de		
Capital Fixo Variações Patrimoniais		
Diminutivas Financeiras Transferências		
e Delegações concedidas		
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de		
Passivos Tributárias		
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e Dos		
Serviços Prestados Outras Variações Patrimoniais		
Diminutivas (II)		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		

Fonte: Adaptado Manual Siafi contabilidade pública, 2019

Além de auxiliar na gestão e no controle financeiro dos órgãos públicos, as demonstrações dos fluxos de caixa também possuem relevância quando se trata em contribuir com a transparência da gestão pública, Alves (2017) informa que para quem é responsável por avaliar a capacidade de geração de caixa da entidade as informações extraídas das demonstrações são relevantes. E para que isso ocorra o demonstrativo é composto pelo fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de investimento, fluxo de caixa das atividades de financiamento e equivalente de caixa. Na figura 2 observa – se sua estrutura.

Figura 2 – Demonstração do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
	Exercício: 20XX	
	Nota	Exercício Anterior
	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		
Receira		
Tributária		
Receita de		
Contribuições		
Receita		
Patrimonial		
Receita		
Agropecuária		
Receita		
Industrial		
Receita de		
Serviços		
Remuneração das		
Disponibilidades Outras		
Receitas derivadas e		
Originárias		
Transferências		
recebidas		
Desembolsos		
Pessoal e demais		
Despesas Juros e		
encargos da dívida		
Transferências		
concedidas		
Outros desembolsos Operacionais		
Fluxo de Caixa Líquido das		
Atividades operacionais (I)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação		
de Bens		
Amortização de		
empréstimos e		
financiamentos concedidos		
Outros ingressos de		
investimento		
Desembolsos		
Pessoal e Demais		
Despesas Juros e		
encargos da dívida		
Transferência concedidas		
Outros desembolsos operacionais		
Fluxo de caixa Líquido das atividades operacionais (I)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos		
Alienação		
de Bens		

<p>Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos outros ingressos de investimentos</p> <p>Desembolsos Aquisição de ativo não circulante Concessão de empréstimos e financiamentos Outros desembolsos de Investimentos</p> <p>Fluxo de caixa Líquido das atividades de Investimento (II)</p> <p>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</p> <p>Ingressos Operações de crédito Integralização do Capital social de empresas dependentes Outros Ingressos de Financiamentos</p> <p>Desembolsos Amortização/Refinanciamento da Dívida Outro desembolsos de financiamentos</p> <p>Fluxo de caixa Líquido das atividades de financiamento (III)</p> <p>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</p> <p>Caixa e equivalentes de caixa inicial Caixa e equivalentes de caixa final</p>

Fonte: Adaptado Manual Siafi Contabilidade Pública, 2019

Por fim, apresenta – se a demonstração das mutações de patrimônio líquido, que é composta pelo resultado do período, cada item de receita e de despesa do período que seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido em virtude de norma específica, ajustes de exercícios anteriores; destinação do resultado, dividendos, transações de capital com os proprietários e para cada item do patrimônio líquido divulgado, os efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros. O aumento da riqueza em um determinado período se dá por meio da alteração do patrimônio líquido entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas. Para tanto a mesma se estrutura conforme abaixo, na figura 3

Figura 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
									Exercício: 20XX
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultado Acumulad o	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldos Iniciais									
Ajustes de exercícios anteriores									
Aumento de Capital									
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas									
Juros sobre capital próprio									
Resultado de exercício									
Ajuste de Avaliação patrimonial									
Constituição/ Reversão de reservas									
Dividendos a Distribuir(R\$. Por ação)									
Remuneração das Disponibilidades									
Saldos Finais									

Fonte: Adaptado Manual Siafi Contabilidade Pública, 2019

Embora a contabilidade aplicada ao setor público possua diversas peculiaridades e siga padrão geral da contabilidade geral o objeto de estudo entre ambas é o que as diferencia, sendo na contabilidade pública patrimônio público o objeto de estudo. (Bezerra,2008, p. 34) “O conjunto de bens, valores, créditos e obrigações de conteúdo econômico e avaliáveis em moeda que a Fazenda Pública possui e utiliza na consecução dos seus objetivos”. (Kohama, 2015, p. 71) o Patrimônio público é definido como “O conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública”.

2.2 ANÁLISE DO ESTADO FINANCEIRO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA POR MEIO DE INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL

No contexto público as informações obtidas por meio de indicadores financeiros são de grande importância, uma vez que, por meio delas os resultados obtidos em um intervalo de tempo são responsáveis por apresentar a saúde financeira da entidade. Segundo Diniz (2016) para que haja o fornecimento contínuo dos serviços públicos prestados à população a condição financeira do governo é essencial. O balanço patrimonial por sua vez reflete o desempenho do governo em cumprir suas obrigações, conseqüentemente, tal informação proporciona uma interpretação de como se encontra a situação financeira do órgão público.

Dada a importância no método de análise dos resultados Leôncio (2014) destaca que o equilíbrio financeiro se dá de modo geral por meio de indicador positivo, porém ainda é válido a consideração de que caso haja resultado positivo no âmbito financeiro não será necessariamente sinal de ótimo desempenho, o contrário também é válido.

Ao considerar a importância no método de análise, Kohama (2015) descreve duas formas de verificação:

“1ª considerar o resultado de uma equação, em que se considera a soma total das entradas (receita orçamentária adicionada à receita extraorçamentária) subtraindo-se a soma total das saídas (despesa, orçamentária mais despesa extraorçamentária); e o resultado será superávit financeiro, se o saldo for positivo, déficit se o saldo for negativo;

2º considerar a soma total do saldo que passa para o exercício seguinte e subtrair a soma total do saldo do exercício anterior, o resultado será superávit se o saldo for positivo, e déficit no caso de ser negativo (Kohama,2015, p. 11) “

Dessa forma o resultado de superávit é considerado se o total de entradas for maior que a soma total de saídas, no que diz respeito ao déficit financeiro este ocorrerá quando a soma de saídas for maior que a soma de entrada, através dessa consideração será possível visualização do quadro de acréscimo ou redução dos recursos financeiros disponibilizados.

Por sua vez Arruda (2017) destaca que para avaliação do resultado deverá ser considerado os três níveis do governo econômico, social e ambiental e o financiamento nesses setores

Para além desses métodos já citados, há o meio de análise considerando os indicadores do balanço patrimonial. A análise dos índices patrimoniais é eficaz, pois através dela é possível identificar a capacidade do governo em prestar serviços que atendam às necessidades da população. Segundo Lino de Moraes (2012) para uma entidade sem fins lucrativos o potencial financeiro é utilizado para entregar a sociedade os bens e serviços que é necessário.

A análise patrimonial é capaz de fornecer informações financeiras como a liquidez, solvência, status financeiro, patrimonial, revelando também a estrutura financeira. A liquidez fornece informação sobre a capacidade de pagamento no curto e longo prazo. Andrade (2016) que o índice de liquidez é capaz de informar a capacidade da organização de cumprir com seus compromissos, já que é relacionando no cálculo o ativo e passivo circulante.

O quociente de liquidez corrente apresenta a grandeza relativa do caixa assim como a liquidez seca, o que as diferencia é que a segunda não leva em consideração itens não monetários, já a liquidez imediata indica se os recursos disponíveis no caixa atende as obrigações do governo a curto prazo, já o capital circulante líquido demonstra a folga financeira em termos absolutos no curto prazo. No quadro 1 é possível visualizar esses indicadores.

Quadro 1 - Indicadores de liquidez

LIQUIDEZ	FÓRMULA
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(ATIVO CIRCULANTE - ALMOXARIFADO - VPDs ANTECIPADAS - INVESTIMENTOS DO RPPS - ESTOQUE) / PASSIVO CIRCULANTE
LIQUIDEZ CORRENTE	(ATIVO CIRCULANTE - ALMOXARIFADO - VPDs ANTECIPADAS - INVESTIMENTOS DO RPPS) / PASSIVO CIRCULANTE
LIQUIDEZ IMEDIATA	DISPONIBILIDADE/ PASSIVO CIRCULANTE
LIQUIDEZ SECA	(ATIVO CIRCULANTE - ALMOXARIFADO - VPDs ANTECIPADAS - INVESTIMENTOS DO RPPS - ESTOQUE) / PASSIVO CIRCULANTE

Fonte: Fonte: Adaptado Lima, Severino Cesário, 2016

Os indicadores de endividamento extraídos do balanço patrimonial revelam a forma de financiamento das atividades do governo, aferindo a composição da estrutura de capital (recursos próprios *versus* recursos de terceiros). A seguir são discutidos dois indicadores de endividamento que podem ser extraídos do balanço patrimonial.

Participação de capitais de terceiro este indicador revela o risco financeiro da entidade ou a dependência a capitais de terceiros visando isso, quanto maior o resultado desse indicador, maior o risco financeiro e menor a liberdade do governo em conduzir.

Composição do endividamento segundo Kohama (2015) esse indicador aponta a dimensão da dívida de curto prazo ao comparar com o total de obrigações no exercício. Assim sendo, quanto maior a dívida de curto prazo, pior para o governo, pois maior será a pressão para produzir receitas imediatamente a fim de honrar seus compromissos correntes. O quadro 2 demonstra estes quocientes.

Quadro 2 – Indicador de Endividamento

ENDIVIDAMENTO	FÓRMULA
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE / PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	PASSIVO CIRCULANTE /PASSIVO + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Fonte: Adaptado Lima, Severino Cesário, 2016

Para Lima; Diniz (2016) o índice de solvência é analisado sob duas perspectivas

capacidade de pagamento em longo prazo e o nível de serviço. O indicador de solvência a longo prazo, também conhecido como indicador de liquidez geral, revela a posição financeira do governo no longo prazo, atuando como uma medida de segurança financeira, pois demonstra a capacidade do governo em pagar todas as suas dívidas de curto e longo prazo contando com os ativos circulantes e realizáveis, a longo prazo.

Para a avaliação da solvência de longo prazo, recomenda-se analisar a flexibilidade financeira do governo e sua capacidade para obter novas operações de crédito. O quociente solvência do nível de serviços: refere-se à capacidade do governo em oferecer serviços públicos de qualidade, ou seja, a capacidade do governo em manter a máquina estatal em funcionamento, mediante sua estrutura, para prestar serviços no nível e na qualidade que são necessários para a saúde, a educação, a segurança e o bem-estar exigidos pelos cidadãos. Uma relação alta desse indicador sugere deterioração do nível de serviços oferecido pelo governo.

Quadro 3- Indicador de Solvência

SOLVÊNCIA	FÓRMULA
SOLVÊNCIA DE LONGO PRAZO	$(\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ALMOXARIFADO} - \text{VPDs ANTECIPADAS}) + \text{ATIVO RLP} / \text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}$
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	$\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO} / \text{POPULAÇÃO}$

Fonte: Adaptado Lima, Severino Cesário, 2016

3. METODOLOGIA

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Para Gil (2002) as pesquisas descritivas evidenciam características de um determinado grupo de pessoas ou fenômenos, procuram fazer a associação entre variáveis”, partindo deste pressuposto define – se que a pesquisa do presente trabalho é descritiva, uma vez que a análise se deu por meio da comparação dos indicadores econômicos da UNIFAL – MG, compreendendo os anos de 2020 a 2021.

No que se refere a abordagem do problema, o modo utilizado no trabalho e de pesquisa quantitativa onde o objeto é quantificável e as informações extraídas são classificadas e analisadas.

De forma que foram utilizados cálculos dos indicadores financeiros e dados do balanço patrimonial, a abordagem do problema foi classificada como quantitativa e qualitativa.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que incluiu a contabilidade aplicada ao setor público e a análise dos balanços públicos. Para compor o objetivo do estudo buscou - se

extrair informações dos balanços da Universidade federal de alfenas dos anos de 2020 e 2021. assentando-se aí a informação quanto ao campo de pesquisa.

Das demonstrações disponibilizadas, foram extraídos os dados relevantes para compor os indicadores financeiros, os mesmos foram alocados e numa planilha a fim de aplicar o cálculo de quociente financeiro. Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram disponibilizados no portal da entidade, assim se deu a coleta dos dados necessários para análise. Foram tabuladas e analisadas fazendo – se uso do software Microsoft Office Excel, a informações disponibilizadas em formato PDF.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No que se refere a estrutura dos demonstrativos da Unifal – MG, a análise feita a fim de identificar a adequação dos demonstrativos contábeis disponibilizados para com a lei 4320/64 proporcionou resultados satisfatórios. Conforme figura 4 no balanço orçamentário foram disponibilizadas as informações de receita e despesa prevista e realizada, conforme disposto no Art. 103.

Figura 4 - Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	124.961.038,00	124.961.038,00	1.244.139,23	-123.716.898,77
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	124.961.038,00	124.961.038,00	1.244.139,23	-123.716.898,77
DEFICIT			255.578.696,35	255.578.696,35
TOTAL	124.961.038,00	124.961.038,00	256.822.835,58	131.861.797,58
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS				
Superavit Financeiro	-	905.119,00	-	-905.119,00
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	905.119,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	248.599.798,00	251.731.013,00	251.738.433,14	241.625.941,69	224.963.041,82	-7.429,14
Pessoal e Encargos Sociais	213.372.459,00	214.249.738,00	212.875.190,28	212.875.190,28	197.045.486,62	1.374.547,72
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.137.339,00	37.481.275,00	38.863.242,86	28.750.751,41	27.937.555,20	-1.381.967,86
DESPESAS DE CAPITAL	7.401.146,00	5.085.050,00	5.084.402,44	603.230,94	603.230,94	647,56
Investimentos	7.401.146,00	5.085.050,00	5.084.402,44	603.230,94	603.230,94	647,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	255.910.944,00	256.816.063,00	256.822.835,58	242.229.172,63	225.586.272,76	-6.772,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	255.910.944,00	256.816.063,00	256.822.835,58	242.229.172,63	225.586.272,76	-6.772,58
TOTAL	255.910.944,00	256.816.063,00	256.822.835,58	242.229.172,63	225.586.272,76	-6.772,58

Fonte: Demonstrativos contábeis Unifal – MG, 2021

No caso acima referente a figura 4 ao realizarmos o calculo das receitas realizadas (1.244.139,23) menos as despesas empenhadas (256.822.835,88) o resultado encontrado (- 255.578.696,35) evidencia o déficit instituição no período.

O balanço financeiro, no geral cumpriu sua proposta de apresentar as receitas edespesas do período, foi considerado também o saldo total no fim do exercício fator este solicitado no art. 104 informa sobre a estrutura financeira das organizações públicas

Figura 5 - Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	1.244.139,23	1.307.001,62	Despesas Orçamentárias	256.822.835,58	263.339.214,24
Ordinárias	-	-	Ordinárias	222.231.032,05	200.601.354,18
Vinculadas	1.244.728,38	1.346.414,79	Vinculadas	34.591.803,53	62.737.860,06
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	8.714.081,93	4.976.696,66
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.244.728,38	1.346.414,79	Seguridade Social (Exceto Previdência)	14.182.294,95	1.595.315,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-589,15	-39.413,17	Previdência Social (RPPS)	12.423.732,10	24.178.980,97
			Dívida Pública	-	28.193.999,99
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.271.714,55	3.793.267,84
Transferências Financeiras Recebidas	257.049.821,94	254.663.595,07	Transferências Financeiras Concedidas	6.352.263,96	194.403,78
Resultantes da Execução Orçamentária	239.773.238,43	242.268.987,09	Resultantes da Execução Orçamentária	11.999,62	-
Repasse Recebido	239.773.238,43	242.268.987,09	Repasse Concedido	11.999,62	-
Independentes da Execução Orçamentária	17.276.583,51	12.394.607,98	Independentes da Execução Orçamentária	5.340.264,34	194.403,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	16.350.171,30	11.772.599,22	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.293.514,73	37.405,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	926.412,21	622.008,76	Demais Transferências Concedidas	-	57.182,90
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	46.749,81	89.815,55
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	32.393.894,09	41.011.376,96	Pagamentos Extraorçamentários	34.270.703,19	28.114.151,13
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	16.642.899,87	15.334.019,15	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	15.549.475,29	16.046.275,42
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	14.593.662,95	25.457.904,51	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.610.067,09	11.938.237,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.111.160,81	129.637,75	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.111.160,81	129.637,75
Outros Recebimentos Extraorçamentários	46.160,46	89.815,55	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	46.160,46	89.815,55			
Saldo do Exercício Anterior	23.405.592,63	18.061.388,13	Saldo para o Exercício Seguinte	17.647.635,16	23.405.592,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.405.592,63	18.061.388,13	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.647.635,16	23.405.592,63
TOTAL	314.093.437,89	316.043.361,78	TOTAL	314.093.437,89	316.043.361,78

Fonte: Demonstrativos contábeis Unifal – MG, 2021

Com a figura 5 é possível visualizar que ocorreu uma diminuição das disponibilidades da Universidade de um ano para outro.

O Balanço Patrimonial tratado no Art. 105 e as Variações Patrimoniais presente no Art. 104 atende o propósito informado na norma, observa – se na figura 6 que no período analisado não ocorreu variação patrimonial qualitativa, isso se deu devido pois não foi identificado alteração no patrimônio público dentro do período analisado.

Figura 6 - Demonstrativo da Variação patrimonial.

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	173.322,93	188.398,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	1.084,94
Contribuições	173.322,93	187.303,87
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.029.788,15	7.520.861,63
Premiações	500,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.828.819,46	7.364.369,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	200.460,69	156.491,63
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-10.413.210,34	10.788.984,06
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020

Fonte: Demonstrativos contábeis Unifal – MG, 2021

Observa-se na figura 6 que os maiores valores atribuídos nos dois anos analisados foi referente as Operações da Autoridade Monetária.

Considerando a disponibilidade estrutural correta do demonstrativo contábil será analisado a seguir a situação financeira da Unifal nos anos consecutivos de 2020 e 2021, por meio de indicadores financeiros extraídos do balanço patrimonial. A fim de obter os dados necessários para tal investigação, foram extraídos do balanço patrimonial da instituição os dados presentes na tabela 1, tal fato se deu diante da necessidade de obter indicadores de liquidez e endividamento.

Tabela 1 - Dados do Balanço Patrimonial da Unifal de 2020 e 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL	2020	2021
Ativo circulante	24.728.474,08	19.442.708,11
Caixa e equivalente de caixa	23.405.592,63	17.647.635,16
Créditos a curto prazo	199.759,86	530.030,87
Estoques	1.123.121,59	1.265.042,08
Ativo Não Circulante	302.481.065,28	303.792.200,54
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	301.647.535,79	302.915.319,17
Intangível	833.529,49	876.881,37
Total Ativo	327.209.539,36	323.234.908,65
PASSIVO CIRCULANTE	27.645.147,36	34.137.597,63
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	14.367.477,58	15.645.438,76
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	202.913,72	52.683,87
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.074.756,06	18.439.475,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	34.137.597,60	27.645.147,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	-
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento deCapital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	299.564.392,00	289.097.311,02
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	299.564.392,00	289.097.311,02
Total do Passivo e Patrimônio líquido	327.209.539,36	323.234.908,65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos demonstrativos contábeis da UNIFAL – MG 2021

A tabela 2 apresenta o cálculo dos índices de participações de capitais, composição de endividamento e liquidez imediata.

Tabela 2 - Índices de Endividamento e Liquidez da Universidade federal de Alfenas de 2020 e 2021

INDICADOR	2020	2021
PARTICIPAÇÕES DE CAPITAIS	0,21	0,21
COMPOSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO	0,44	0,55
LIQUIDEZ IMEDIATA	0,84	0,51

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos demonstrativos contábeis da UNIFAL – MG, 2021

Na análise foi utilizado o indicador de Liquidez imediata que por sua vez demonstra se os recursos disponíveis em caixa são capazes de atender de modo imediato as obrigações a curto prazo. Para este caso, no ano de 2020 o quociente apresentado está próximo de 1 no entanto, o resultado indica que a Universidade não dispõe de recursos suficientes para cumprir com as suas obrigações até o fim do exercício. Para cumprir com suas obrigações durante o período o quociente deveria ser igual ou maior que 1. Em 2021 percebe-se declínio do índice de 0,84 para 0,51. Esta redução se dá devido a diminuição do caixa equivalente e consequentemente uma diminuição na capacidade de pagamento imediato a curto prazo.

O indicador de participações de capitais que compõem o grupo de índices de endividamento indica a dependência da instituição para com capitais de terceiros, para a análise verifica que o índice se manteve em 0,21 equivalente a R\$ 70.677,41 no ano de 2020 e 2021 ou seja mais da metade do capital da entidade é próprio 79%.

Por fim o último índice composição de pagamento que fornece informações de dívidas a longo prazo, nota-se um aumento em comparativo de um ano para outro em 2020 o percentual era de 44% e 2021 passou a ser 55%, nesse caso mais da metade do total das dívidas estão a curto prazo. Dessa forma vale ressaltar que a concentração de dívidas a longo prazo, deve ser motivo de atenção, visto que ela tende a se transformar em dívidas de curto prazo no decorrer dos anos, e em paralelo a este resultado, é necessário salientar que a capacidade de pagamento a curto prazo de forma imediata diminuiu conforme o índice encontrado na liquidez imediata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises realizadas nos demonstrativos contábeis, verificou-se que a instituição atende os dispostos da lei 4320/64, quando se trata da estrutura dos balanços públicos, ainda cabe ressaltar que as informações estão de fácil entendimento assim como a acessibilidade.

No que se refere aos resultados encontrados por meio dos dados da Universidade Federal de Alfenas em síntese os indicadores financeiros dos anos de 2020 e 2021 apresentaram resultados sempre inferiores a 1 o que demonstra uma situação de desequilíbrio financeiro. Com a queda do indicador de liquidez imediata e o aumento do índice de composição de pagamento, faz -se necessário o alerta para os compromissos a longo prazo.

Dessa forma o objetivo de apresentar a situação financeira da Universidade Federal de Alfenas, foi alcançado uma vez que foram utilizados indicadores de liquidez imediata e endividamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline . **Contabilidade Pública Avançada**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books>. Acesso em: 3 ago. 2022.

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Contabilidade pública na gestão municipal**. Rio de Janeiro : Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BEZERRA FILHO, João Eudes (org.). **Contabilidade aplicada ao setorpúblico: abordagem objetiva e didática**. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books>. Acesso em: 30 jul. 2022.P. 34

FELGUEIRAS, Jose Antonio (org.). **Contabilidade pública**. São Paulo: Metodo, 2015. Disponível em: <https://pt.br1lib.org/book>. Acesso em: 30 jul.2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Alvaro Martim; SILVERIO, João Paulo (org.). **Contabilidade pública: inovações, aplicações ereflexos**. Curitiba: EditoraIntersaberes, 2016. Disponível em: <https://biblioweb.unifal-mg.edu.br/biblioweb/mobile>. Acesso em: 28 jul. 2022.

KOHAMA, Helio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. SãoPaulo : Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books>. Acesso em: 3 ago. 2022, p. 15, p. 71

LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964. *In*: **LEI No 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964**. [S. l.], 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 3ago. 2022

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves . **Contabilidade pública** : análise financeira governamental – 1. Ed - Porto Alegre: Atlas, 2016.

MANUAL de Contabilidade aplicado ao Setor Público. 2021. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias . **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. Rio de Janeiro : Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA, Lino Martins da (org.). **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SILVA, Valmir Leôncio da (org.). **A nova contabilidade aplicada ao setor público**: uma abordagem prática . São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/>. Acesso em: 30 jul. 2022.